

JUSTIÇA & CIDADANIA

revistajc@revistajc.com.br - www.revistajc.com.br

Uma justiça mais aproximada do cidadão



Ministro Marco Aurélio Mello

Os malefícios de uma despropositada aposentadoria compulsória

Editorial: Castigo contra juízes!!!

JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA

Des. Jorge Uchoa de Mendonça

Os magistrados estão acompanhando a situação reinante na Segurança Pública do Rio de Janeiro e de São Paulo e eu mesmo fui vítima de um assalto a mão armada, antes das 21 horas, na Praça Nossa Senhora da Paz, esquina da Visconde de Pirajá, quando um jovem possivelmente drogado, engatilhou uma arma apontada à minha cabeça, e anunciou que iria me matar. A sensação de impotência e a revolta pela insegurança são muito grandes, o medo acaba se tornando intenso e a coisa se agrava muito, quando se descobre que oito pessoas haviam sido assaltadas pelos mesmos ladrões naquele mesmo local em circunstâncias idênticas.

Pedi o auxílio da polícia e para surpresa, 30 minutos se passaram sem que o socorro chegasse, gerando uma impressão profunda de que estamos órfãos de garantias que o comandante geral da Polícia Militar disse que eram “as de ir e vir”.

Nas últimas horas, fiquei mais assustado, quando li pelo jornais que o servidor de 3º escalão, um delegado da polícia, havia se referido ao Poder Judiciário, com expressões desrespeitosas, que não lhe era dado usar, não só pela disciplina à que está sujeito, mas, sobretudo, porque deste lado de cá estão se sacrificando diariamente homens de bem, que dependem para o cumprimento de seu dever de proteger a sociedade, da ação de terceiros, ação que tem se mostrado ineficiente, inviabilizando, muitas vezes o cumprimento de decisões, o curso de instruções criminais, a execução de mandatos de prisão, vislumbrando-se de vez em quando, os sinais evidentes de uma ineficácia consciente e deliberada.

O Cardeal Emérito do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, há cerca de um ano reconheceu que o Poder Público estava sendo substituído por um poder paralelo e ilegal e na mesma época, em um artigo que escrevi para um dos jornais do Rio de Janeiro, acrescentei que embora não interesse aos políticos e a alguns policiais, temos que reconhecer que estamos diante de uma autêntica guerra civil com emprego de táticas modernas de guerrilha urbana e armas de guerra de altíssimo potencial

ofensivo, como bazucas, fuzis AR-15, metralhadoras modernas, granadas de mão e até lançadores de mísseis.

Os interesses eleitorais, orientados por um falso conceito de direitos humanos, estão levando o povo ao desespero e as imagens transmitidas pelos jornais e pela televisão, confirmam esta assertiva, posto que como ficou registrado, tivemos a tristeza de ver pessoas humildes abandonando os seus lares para dormir em igrejas ou escolas, porque no morro havia uma guerra preparada para continuar a partir de determinada hora da noite.

Tenho para mim que é tempo de encarmos esta realidade e enquanto isto não acontece, a Exma. Senhora Governadora do Estado do Rio de Janeiro, por quem manifesto o maior respeito, deve controlar os seus chefes menores e impor a eles o respeito a que estão obrigados a outros poderes, sob pena de se ampliar ainda mais a desordem que está sendo instalada.

É preciso que toda sociedade se lembre de que o Judiciário não elabora leis, não dirige penitenciárias, não administra delegacias, nem comanda batalhões de polícia.

Sei que a maioria das delegacias de polícia é constituída de homens sérios e dedicados, mas sei também que alguns já saíram presos de delegacias em que trabalhavam e isto não acontece sem que haja uma razão muito grave. O Judiciário não tem mazelas a esconder e as mazelas de uma parte do sistema existem e estão à mostra; difícil é se ouvir sem preocupação, as palavras do presidente do Tribunal de Justiça, o poder silencioso que não pode mais calar, porque a sociedade exige que todos venham a público comunicar o resultado das noites perdidas, devolvidas pelo amor que todos dedicamos ao Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa, que deve ser de todos os cariocas e não apenas de alguns que a tomaram de assalto, dirigidos como é público e notório de dentro das prisões.

Presidente do Instituto de Magistrados Brasileiros